

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Governo quer excluir estatal de energia do cálculo do promário	2
Título: Alexandre Silveira nega retoma da Eletrobras	4
Título: O que mais pode ser feito contra o garimpo ilegal?	5
Título: Além dos ‘gatos’, Light tem erros administrativos e regulatórios.....	8
Título: Direção da elétrica defende solução adotada	11
Título: Mercado critica indefinição sobre política de preço	12
VEÍCULO: O Estado de São Paulo	15
Título: Os velhos problemas da Light	15
Título: Justiça do Rio aceita pedido de recuperação judicial da Light	16
Título: Ministro descarta reestatizar e Eletrobras	17
VEÍCULO: Folha de São Paulo	18
Título: Compro tudo	18
VEÍCULO: O Globo	20
Título: Justiça aceita pedido de recuperação da Light	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/05/2023****Seção: Brasil****Autor: Lu Aiko Otta e Estevão Taiar****Título: Governo quer excluir estatal de energia do cálculo do primário**

Proposta é que ENBPar siga a mesma regra que valia para Eletrobras, para poder realizar mais investimentos

O governo quer excluir, do cálculo do resultado primário das contas do setor público consolidado, a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), que administra o remanescente do grupo Eletrobras após a privatização: Eletronuclear e a participação brasileira em Itaipu. A alteração está proposta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, encaminhada ao Congresso em abril, disse ao Valor a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Desde 2009, o resultado da estatal do setor elétrico deixou de ser considerado no cálculo. Avaliou-se à época que a exclusão daria à estatal mais liberdade para fazer investimentos.

Em 2023, após a privatização da Eletrobras, apenas a Eletronuclear seguiu como empresa estatal e hoje é subsidiária integral da ENBPar. “Pedimos que a LDO de 2024 volte a excepcionalizar o grupo, porque ainda vai precisar fazer investimentos”, disse Dweck.

A pasta que ela chefia herdou o comando da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e promoveu um giro de 180 graus na orientação que vigorou na gestão de Paulo Guedes no antigo Ministério da Economia. Antes, disse ela, havia a Secretaria de Desestatização, Desinvestimento e Mercados. “Não tem mais isso, não é mais o foco”, afirmou. “O objetivo não é desestatizar, é fazer estatais funcionarem bem.”

Como parte do desmonte da orientação privatizante, foi revertida uma regra pela qual as empresas estatais não podiam reinvestir o próprio lucro, devendo em vez disso pagar dividendos à União. Também foi revogada a proibição de realizar concursos para contratar pessoal.

Outra alteração sugerida no projeto da LDO de 2024 é acabar com a orientação de só fazer aportes financeiros em estatais que estejam inscritas no Programa

Nacional de Desestatização (PND). “É uma lógica absurda”, comentou Dweck. “Você dá dinheiro para uma estatal que será privatizada.”

Objetivo não é desestatizar, é fazer estatais funcionarem bem”

Ela acredita que essa regra existia para permitir ao governo reestruturar as empresas e torná-las mais rentáveis para venda. “Nossa lógica é o contrário: investir na estatal para que ela tenha finalidade como empresa estatal de fato, para prestar serviço para população.”

A nova administração também mudou totalmente a orientação para o uso de imóveis da União. O objetivo agora é dar destinação social a eles, informou Dweck. Por exemplo, doar terrenos para a construção de habitação popular. Ou permitir que imóveis nas áreas urbanas sejam readequados para acomodar famílias.

A alienação de imóveis não está descartada, mas será a “última opção, não a primeira”, disse Dweck.

O governo anterior estimava possuir cerca de R\$ 1 trilhão em participações em empresas estatais e mais R\$ 1 trilhão em imóveis. A ideia era vender o máximo possível, para reduzir a dívida pública.

Em contraste, um dos principais atos de Lula nos seus primeiros cem dias de governo foi retirar sete empresas da lista do Programa Nacional de Desestatização (PND). Entre elas: Correios, Serpro, e Ceitec, a estatal fabricante de chips.

Não tem razão um governo que queira privatizar tudo, assim como não está certo o que não quer privatizar nada, avaliou Fernando Soares, professor colaborador do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), que comandou a Sest no início do governo Bolsonaro.

Dweck contou que seu ministério participou das discussões que levaram a Advocacia-Geral da União (AGU) a mover uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a forma como a lei que autorizou a privatização da Eletrobras tem sido interpretada.

“É uma situação bem sui generis de um processo de privatização, em que você detém 43% das ações, mas não tem golden share nem vaga no conselho.”

Na visão do mercado, a ofensiva do governo representa risco institucional, já que há intenção de rever as regras de governança estabelecidas no processo de privatização e ganhar preponderância nas decisões da empresa. O risco afasta potenciais investidores, além de desvalorizar as ações da empresa.

A ação questiona a aplicação imediata da regra que limita qualquer acionista de exercer votos em número superior a 10% do capital votante da empresa.

O questionamento na Justiça por parte do governo é legítimo, comentou Soares, que atuou na privatização da Eletrobras. No entanto, pode trazer insegurança aos investidores, sobretudo os estrangeiros.

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a tomar as melhores decisões de investimento

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/05/2023

Seção: Brasil

Autor: Érika Polo

Título: Alexandre Silveira nega retoma da Eletrobras

Ministro também diz que governo não pode interferir na governança da Petrobras

O ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, negou nesta segunda-feira, 15, que o governo planeje reestatizar a Eletrobras.

Ele reiterou que havia um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que fosse feito estudo a respeito de uma possível reestatização da companhia. “Mas, depois de muito debate, chegou-se à conclusão de que, num primeiro momento, era mais adequado estabelecer direitos políticos da União”, disse o ministro.

Silveira reiterou que o governo tem 43% das ações, e o modelo atual da empresa possibilita ao governo ter um candidato “numa chapa inscrita para poder ter no máximo um representante no conselho”, ou até nenhum. “O que o governo questiona é uma proporcionalidade de participação.” Silveira participou de um seminário em São Paulo.

O ministro disse também que “ninguém” [referindo-se ao governo federal] vai negar respeito à governança interna e à natureza jurídica da Petrobras. Segundo ele, não faltarão “firmeza e coragem para o governo federal assumir uma posição que nem sempre fica muito clara”.

A Petrobras divulgou no domingo, 14, que deve alterar sua política de preços. O fato de a empresa atrelar os preços dos derivados vendidos no mercado doméstico às cotações internacionais do petróleo - prática comum entre as petroleiras de todo o mundo - tem sido alvo de críticas desde o início da atual gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “O acionista sabe que o poder controlador da Petrobras é o governo”, comentou.

Durante o seminário, agentes de mercado defenderam que a fórmula de atrelar o preço às cotações internacionais - conhecida como paridade de importação (PPI) - não deve ser abandonada.

Silveira reiterou que o governo “pode delinear uma política de preços”, mas “não pode intervir” na decisão da Petrobras. Ele disse, contudo, que vê a questão da PPI como uma “abstração”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/05/2023

Seção: Opinião

Autor: Fabyola Rodrigues, Izanella Reis e Felipe Bueno

Título: O que mais pode ser feito contra o garimpo ilegal?

Em resposta à crise humanitária nas terras indígenas Yanomamis, o enfrentamento ao garimpo ilegal, seja por meio de fiscalizações realizadas pela Polícia Federal, seja endurecendo o arcabouço regulatório, ganhou urgência inquestionável pelo Poder Público.

Como consequência natural advinda da importância desse debate, se nota o recrudescimento legal sobre toda a cadeia produtiva de pedras e metais preciosos - incluindo mineradoras, DTVMs (Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários), transportadoras, adquirentes, lojistas etc - e o aumento da pressão para que a mineração de pedras e metais preciosos se torne uma atividade mais segura, legal e sustentável, com a minimização de impactos sociais e ambientais.

Uma análise das recentes operações Sisaque, Avis Aurea e Libertação, realizadas com força-tarefa integrada pela Polícia Federal, Ibama, Funai, Força Nacional, Polícia Rodoviária Federal e Ministério da Defesa, colocou em evidência um problema que não é novidade no país - a exploração ilegal do ouro. Os olhos da sociedade, dos stakeholders, das autoridades, dos players e das organizações não governamentais estão voltados para as medidas necessárias para remediar e prevenir os impactos ambientais, combater a exploração sexual de crianças e adolescentes, a usurpação do patrimônio da União, a utilização de trabalho análogo à escravidão e a lavagem de dinheiro, além das providências de caráter preventivo.

A Câmara dos Deputados recebeu neste ano diversos projetos de lei, como os PLs 838, 835, 833, além de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) sob a relatoria do ministro Gilmar Mendes (ADIn 7273, ADIn 7355). Adicionalmente, o Ministério da Justiça e Segurança Pública instituiu um grupo de trabalho para discutir formas de combate ao garimpo ilegal, e a agência reguladora está se movimentando a passos largos - e não poderia ser diferente.

A Agência Nacional de Mineração (ANM), que substitui o então Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), reconheceu a sensibilidade do tema e publicou uma nova norma sobre combate à lavagem de dinheiro em transações com pedras preciosas (diamante e gemas coradas) e metais preciosos (ouro, prata e platinóides).

A resolução 129, publicada em fevereiro de 2023, atribui novos deveres aos mineradores que produzem pedras e metais preciosos por meio de Guia de Utilização, Portaria de Lavra, Manifesto de Mina e Permissão de Lavra Garimpeira, como o de implementar política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, a fim de mitigar a ocultação de recursos de origem ilícita.

Obrigações adicionais foram ainda estabelecidas, como o dever de armazenar informações sobre clientes pelo período de dez anos - a política do “know your client” - e o dever de reportar atividades suspeitas de lavagem ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), o dever de notificação. São obrigações sujeitas às penas previstas no artigo 12, da Lei 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), em caso de descumprimento, como multa, advertência e suspensão das atividades, dentre outras penalidades.

Outro ponto relevante e que integra o plano de ação desenhado pela Agência Nacional de Mineração para fortalecer a fiscalização e o controle do garimpo foi a realização da reunião participativa nº 5, no dia 14 de abril de 2023, em Cuiabá (Mato Grosso), com o objetivo de promover o debate presencial sobre a revisão do processo de outorga das Permissões de Lavra Garimpeira (PLGs). Entre os assuntos da pauta estão o fechamento da mina, o cadastro de garimpeiros e parceiros, bem como a responsabilidade técnica e riscos elencados para apresentação de contribuições pelo setor.

Nesse contexto, a Receita Federal trouxe ainda a obrigatoriedade de emissão de nota fiscal eletrônica nas transações de venda de ouro, a fim de monitorar o processo. Essa exigência também consta dos dispositivos da medida provisória, a MP do ouro, que ganhou destaque nas mídias no mês de abril.

O documento, que ainda aguarda assinaturas de ministérios e do presidente, traz regras mais rígidas que incluem a necessidade de pagamentos por transferência bancária, possibilidade de responsabilização na cadeia de comercialização do ouro, além do fim da presunção de boa-fé, que permite que o ouro seja considerado legal com base somente nas declarações do próprio vendedor e da boa-fé do comprador.

Com relação à presunção da boa-fé, os efeitos da previsão contida na Lei 12.844, de 2013, foram suspensos pelo STF no último dia 2 de maio, no contexto da Ação Direta de Inconstitucionalidade 7273, o qual determinou ainda, dentre outras medidas, a adoção pelo Poder Executivo da União, em até 90 dias, de um novo marco normativo para a fiscalização do comércio do ouro no país.

Todo esse cenário tem impulsionado e incentivado a adoção de medidas preventivas e inovadoras que vão muito além das exigências da legislação.

Em março de 2023, foi noticiada a primeira venda por uma DTVM (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) de ouro rastreado por blockchain que teria ocorrido em janeiro deste ano. O objetivo do uso da tecnologia foi garantir a procedência do ouro, evitando assim, discussões sobre sua legalidade.

Nesse mesmo sentido, tramita o Projeto de Lei 936, de 2023, proposto pelo deputado federal Professor Reginaldo Veras (PV-DF), o qual acrescenta ao estatuto do garimpeiro a obrigação de utilização da tecnologia de blockchain como ferramenta para o combate à extração ilegal do ouro no Brasil.

O emprego de tecnologia, neste caso com o objetivo de solucionar um problema reconhecido pela Agência Nacional de Mineração, o da dificuldade na rastreabilidade do ouro, mais uma vez reforça as vantagens do emprego e investimentos em inovação nas diversas etapas da cadeia produtiva, deixando ainda um questionamento: o que mais pode ser feito?

Ainda há importantes desafios a serem superados, visando fortalecer os órgãos fiscalizadores na implementação de políticas públicas efetivas e eficientes. Participar dessa trajetória em direção a uma mineração cada vez mais sustentável e transparente é um direito e obrigação de todos nós.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/05/2023

Seção: Empresas

Autor: Robson Rodrigues

Título: Além dos 'gatos', Light tem erros administrativos e regulatórios

Empresa deve buscar aporte de capital, entendimento com os credores, inovações tecnológicas e maior envolvimento com governo do Estado, defende Jerson Kelman

Profundo conhecedor do setor elétrico, o engenheiro Jerson Kelman tem uma posição privilegiada no debate sobre a recuperação judicial da Light: já foi presidente da empresa, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e atuou como interventor na Enersul, do grupo Rede. Da experiência de quem já esteve em vários lados da questão, Kelman avalia que a recuperação judicial é a melhor saída para proteger o caixa da companhia e não deixar colapsar o serviço à população.

Com situação financeira delicada, a Light acumula dívidas de R\$ 11 bilhões e chegou ao atual patamar pelo problema histórico de furtos, mas não só. Kelman coloca nessa conta também erros de diversas administrações e o desarranjo legal e regulatório do setor elétrico.

“Seria uma hipótese catastrófica uma concessionária de serviço público não conseguir proteger seu caixa. Isso significa que ela não vai conseguir prestar o serviço (...). Aí a Aneel teria que intervir e isso é um processo muito traumático, difícil e que impõe muitos riscos ao interventor, já que ele é a única autoridade da concessionária”, explica.

Apesar de ser ruim para o mercado de capitais, ele lembra que a recuperação judicial preserva também as obrigações setoriais, já que a companhia terá de cumprir uma série de obrigações para que seja mantida sua proteção contra as cobranças de credores.

Hoje a Light tem dívidas no setor elétrico de R\$ 1,4 bilhão com custos de transmissão e R\$ 6,2 bilhões com aquisição de energia. A empresa tem ainda R\$ 1,7 bilhão em PIS/Cofins para devolver este ano aos consumidores na fatura em menores revisões tarifárias. Ele alerta ainda que é fundamental que a empresa restabeleça o equilíbrio econômico-financeiro, sob o risco de que outros serviços essenciais possam ser afetados.

“O grupo Light tem a holding e duas subsidiárias: uma de distribuição e outra de geração. O problema é que se houver uma contaminação da crise em geral, isso pode chegar na geradora. Aí teríamos uma dupla contingência de risco, que seria problema de energia e de água”, diz. Isso porque uma usina da Light faz a transposição da água do rio Paraíba do Sul para o Guandu, garantindo a segurança hídrica do Rio de Janeiro.

Ele pondera que algumas das ações recentes da companhia deixaram um grande número de credores temerosos e descontentes, como a liminar que a Justiça concedeu suspendendo as obrigações financeiras. A ação, segundo Kelman, foi correta já que um grupo pequeno de investidores faria uma corrida ao caixa da empresa, o que poderia levar ao caos na concessão de distribuição de energia no Rio de Janeiro.

Com a notícia de que a Justiça aceitou o pedido de recuperação judicial nesta segunda-feira (15), a expectativa é que a proposta aos credores seja apresentada antes do prazo de 60 dias previsto em lei, com a aprovação de uma solução para seu endividamento ainda em 2023.

“A administração deve procurar aporte de capital, um novo entendimento com os credores, buscar inovações tecnológicas que permitam diminuir perdas e furtos e envolvimento do governo do Estado no processo”, diz.

Para este último ponto, seria necessária maior mobilização da polícia em áreas onde o Estado não consegue exercer o controle, já que o nível de perdas comerciais, onde se encaixa o furto de energia, é da ordem de 56%. A Aneel reconhece na tarifa um nível de furto de 38%. Isso significa que 38% da energia que foi comprada pela Light pode ser ressarcida pela tarifa dos demais

consumidores que não roubam. A diferença é assumida pela empresa. Estima-se que essa perda em 2022 foi de R\$ 1 bilhão.

Outro objetivo é diminuir o desperdício com uma fatura que as pessoas possam pagar por meio da ampliação da tarifa social, independente se o consumidor está inscrito no cadastro único, a fim de mudar a cultura de furto de energia no Rio de Janeiro. Segundo a Aneel, quase 830 mil unidades consumidoras residenciais de baixa renda recebem o benefício.

Kelman aponta ainda equívocos de várias administrações, como quando a Light premiou equipes de campo para combater o furto com fim de maximizar o faturamento, o que contribuiu para um estoque de 50 mil ações de clientes contra a empresa. Ele sugere que o Estado poderia tentar, em algumas áreas, só cobrar o ICMS das faturas recebidas e não das emitidas, já que o imposto é pago na emissão e não no recebimento”.

O engenheiro aponta a necessidade de mudança regulatória do setor elétrico, que tem criado uma espécie de “espiral da morte” do mercado das distribuidoras. A abertura do mercado livre de energia, que permite que o consumidor possa escolher o fornecedor da eletricidade, e a geração distribuída (com a instalação de painéis solares) têm atraído consumidores que são atendidos pelas distribuidoras.

Com a migração de consumidores para outro ambiente de contratação, os custos das distribuidoras com a compra de energia acabam sendo divididos por um número menor de clientes que permanecem na base de clientes das companhias.

No caso da Light, a empresa carrega usinas com custos mais caros de geração, como a hidrelétrica de Itaipu, as usinas nucleares de Angra dos Reis, por exemplo, enquanto que os consumidores que migram para o mercado livre ou geração distribuída pagam uma energia mais barata.

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a tomar as melhores decisões de investimento

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 16/05/2023**Seção:** Empresas**Autor:** Fábio Couto**Título:** Direção da elétrica defende solução adotada

Negociação seria menos custosa para Light, mas um "pequeno grupo belicoso" de credores quis dificultar conversas, diz presidente

O pedido de recuperação judicial do grupo Light, aceito na segunda-feira (15) pela 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, é o melhor caminho para manter a qualidade das operações, afirmou o presidente da empresa, Octávio Lopes. De acordo com o executivo, o entendimento era de que a negociação mediada do passivo seria menos custosa para a companhia, mas um "pequeno grupo belicoso" de credores quis dificultar as conversas. Como distribuidoras de energia não podem recorrer à recuperação judicial por vedações legais, o mecanismo foi usado pela holding, diante da visão de que o grupo é solidário na dívida.

A empresa tem passivo na casa de R\$ 11 bilhões, a maior parte ligada a debêntures. Antes de pedir a recuperação judicial, a companhia obteve na Justiça, em meados de abril, suspensão das dívidas, por 30 dias, para negociar com os credores. Um grupo de 26 gestoras de investimentos que somam R\$ 4,7 bilhões em debêntures, detidas por 33 mil pessoas físicas, recorreu para suspender a cautelar.

"Apesar de agressividade de pequeno grupo de credores, tivemos conversas com parcelas relevantes de investidores e teremos proposta construtiva", disse Lopes, em teleconferência sobre resultados do primeiro trimestre. Procurado, o grupo de debenturistas da Light respondeu: "É este grupo que sofre com uma campanha de desinformação promovida pelos administradores da Light, cujo último desdobramento foi o pedido ilegal de uma recuperação judicial, com ações que parecem ter sido premeditadas para beneficiar os acionistas em detrimento dos credores."

Eles prosseguem: "Sobre ser belicoso, o que o grupo não pode é se calar diante das violações diretas da lei - tanto a cautelar como a recuperação são ilegais. Afinal, atos ilegais devem ser contestados. Uma concessionária de serviços públicos não pode pedir recuperação judicial". O grupo, que representa mais de R\$ 5 bilhões em investimentos de mais de 3 milhões de pessoas, disse que a Light nunca se interessou em negociar, sem apresentar proposta mesmo durante a liminar.

Segundo o executivo da distribuidora, a Light pretende manifestar o interesse ainda neste mês na renovação da concessão da companhia, que vence em 2026. Pelas regras do setor, distribuidoras têm que informar ao Ministério de Minas e Energia (MME) se renovarão ou não os contratos de concessão. A pasta tem 180 dias para se manifestar sobre aceitação ou não do pedido, o que está previsto para 2024. Para Lopes, a Light espera que o desfecho da recuperação judicial se dê antes da decisão sobre a renovação das concessões.

A empresa vai buscar um tratamento diferenciado para áreas consideradas de restrições operacionais severas no processo de renovação da concessão, disse ele. Disse também que a companhia está adimplente com as obrigações setoriais, como o pagamento de encargos. O executivo descartou que a Light vá vender a subsidiária de geração como parte da reestruturação da dívida.

O diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, Eduardo Gotilla, destacou que a empresa tem definida a devolução de R\$ 1,7 bilhão em créditos de PIS/Cofins para os consumidores nas tarifas para este ano, com outros R\$ 3 bilhões a serem ressarcidos nos próximos anos.

A devolução do PIS/Cofins foi antecipada, por lei, no ano passado e foi um dos principais motivos da recuperação judicial. Já o furto de energia vem crescendo ano após ano, disse Gotilla. A empresa possuía no fim de março um nível de perdas 22 pontos percentuais acima do limite fixado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), correspondendo a uma perda financeira de R\$ 582 milhões.

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a tomar as melhores decisões de investimento

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/05/2023

Seção: Empresas

Autor: Fábio Couto e Kariny Leal

Título: Mercado critica indefinição sobre política de preço

Comunicado divulgado pela Petrobras no domingo não clareou dúvidas sobre nova política para combustíveis e ação da empresa amarga perda na bolsa

O comunicado divulgado pela Petrobras no domingo à noite sobre a mudança nas diretrizes para precificação de derivados não foi suficiente para acalmar o mercado. Muito pelo contrário. As incertezas sobre a nova política de preços derrubaram a cotação das ações da companhia em um dia em que o Ibovespa e o petróleo avançaram.

Analistas consultados pelo Valor argumentam que não há clareza sobre qual será o caminho a ser adotado pela diretoria executiva da estatal, que se debruçará esta semana sobre a fórmula de cálculo que vai balizar o preço nas refinarias. Embora seja desconhecida, a alternativa ao atual preço de paridade de importação (PPI), que vem sendo chamada pela companhia de “estratégia comercial”, já teve alguns sinais enviados pela administração na semana passada.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou na semana passada ao jornal “O Globo” que a empresa não vai “desgarrar” do mercado internacional, mas que haverá a adoção de preços distintos de combustíveis de acordo com cada região e cliente.

Também na sexta, na entrevista coletiva sobre os resultados do primeiro trimestre, Prates disse que não é necessário voltar ao tempo em que se concedia um reajuste por ano - o que ocorria entre 2006 e 2007 - ao mesmo tempo que não é preciso ter “118 reajustes” em um só ano, como em 2017. No domingo, a companhia confirmou em comunicado ao mercado que está discutindo internamente alterações na política de preços.

Os sinais emitidos não foram suficientes para tranquilizar investidores e agentes do mercado. Ontem, as ações preferenciais da petroleira recuaram 2,25%, enquanto as ordinárias caíram 1,99%, em sentido contrário à alta de 0,52% do Ibovespa e ao avanço de 1,43% do petróleo do tipo Brent.

Na sexta, Prates brincou com os jornalistas que não daria “spoiler” sobre a política, mas disse que a nova composição de preços seria baseada na “estabilidade versus volatilidade”.

Para uma fonte que acompanha o mercado de combustíveis, que pediu anonimato dada a sensibilidade do tema, a Petrobras não deve abandonar 100% a referência internacional por causa dos acionistas minoritários, especialmente diante do fato de que a companhia possui ações listadas na Bolsa de Nova York.

Eventuais prejuízos com a nova política de preços podem levar a petroleira a responder a processos na Justiça americana. Para essa fonte, um caminho que a empresa poderia estar estudando no momento é retirar parte dos custos logísticos da conta do PPI, como frete marítimo e despesas portuárias, o que poderia reduzir os preços dos combustíveis nas refinarias entre R\$ 0,25 e R\$ 0,40 por litro.

O sócio da Leggio Consultoria, Marcus D'Elia, destacou que a Petrobras já não pratica o PPI "puro" em todos os seus polos de venda. Em algumas regiões, o preço fica acima da paridade de importação e em outras, abaixo da referência internacional. Ou seja, o PPI vem sendo utilizado como uma referência e a empresa já regionaliza os preços internos

A Ativa Investimentos defende que as mudanças deverão ser negativas, uma vez que a precificação de derivados "sairá de um dispositivo mais alinhado à dinâmica de mercado para um onde haverá maior discricionariedade por parte da companhia". Segundo relatório da corretora, ainda é necessário aguardar a formalização por parte da estatal para que se avalie melhor o futuro da gestão de Prates.

Para o BTG Pactual, o comunicado da Petrobras indica que a estatal deve tentar aumentar sua fatia de mercado sem criar algum tipo de subsídio. "A menos que a Petrobras opte por praticar preços abaixo dos internacionais e assumir uma parcela significativa das importações necessárias do país (improvável neste momento), o impacto nos balanços será mínimo", disseram os analistas em relatório.

O banco acredita que a Petrobras continuará usando o PPI, ainda que evite chamar dessa forma, a menos que isso eleve a concorrência em determinadas regiões.

O Goldman Sachs pontua que as incertezas sobre a estatal devem ser amenizadas pelo anúncio da política de preços, trazendo mais clareza sobre a companhia nos próximos meses, juntamente com novidades sobre o plano estratégico e a política de dividendos.

O sócio e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Pedro Rodrigues, disse que a possibilidade de a estatal ajustar as condições de pagamento a depender do cliente, como citado por Prates, é algo comum em outras indústrias, como a de bebidas. "O mercado de refino é um varejo, é igual cerveja ou água mineral. Pode variar a condição de pagamento ou dar crédito, só não pode variar o preço",

diz. “O receio é que tipo de política vai ser essa, se menos brusca ou mais agressiva.”

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a tomar as melhores decisões de investimento

VEÍCULO: O Estado de São Paulo

Data: 16/05/2023

Seção: Notas e informações

Autor:

Título: Os velhos problemas da Light

Soluções para furtos de energia passam pela presença do Estado em regiões onde está ausente há décadas

A Justiça do Rio de Janeiro aceitou o pedido de recuperação judicial apresentado pela Light na semana passada. O grupo acumula dívidas de cerca de R\$ 11 bilhões, concentradas, sobretudo, na distribuidora, que atende 4,5 milhões de consumidores na capital fluminense e em 30 municípios do Estado. Como a legislação impede que concessionárias de serviços públicos entrem em recuperação judicial, a solicitação foi feita em nome da holding, que inclui operações em geração, transmissão e comercialização de energia.

Os problemas na Light não são recentes, mas a empresa alegou que seus desafios se agravaram nos últimos meses. Em abril, a companhia havia obtido uma liminar para suspender o pagamento de débitos e promover uma mediação coletiva com seus credores. Porém, com receio de que a cautelar fosse derrubada e as dívidas executadas, a Light apelou à recuperação judicial para impedir que a crise atingisse as operações da distribuidora, motivando em um processo de intervenção por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Como era de esperar, o pedido de recuperação judicial da Light não foi bem recebido. Além de ter sido visto como uma forma de driblar as restrições da lei, ele foi interpretado como uma maneira de forçar a Aneel a referendar um reajuste extraordinário nas tarifas da companhia e de pressionar o Executivo a aprovar, de forma antecipada, a renovação da concessão da Light, que vence em 2026. O pedido causou incômodo ao governo, que precisa lidar com outras 20 distribuidoras interessadas em renovar contratos com vencimento entre 2025 e

2031. Em reação, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, declarou que empresas ineficientes não poderão renovar seus contratos.

Se a Light poderá ou não continuar à frente da concessão, é algo que cabe ao governo decidir, conforme regras ainda a serem definidas pela Aneel. Mas, independentemente do desfecho dessa novela, o governo terá de encontrar uma solução para o problema crônico dos furtos de energia que assolam a área em que a Light atua, algo que tem drenado as receitas da concessionária nos últimos anos.

Não é algo simples ou trivial. É verdade que 20% da região é dominada pelo crime organizado, o que restringe o acesso de funcionários para a realização de serviços de manutenção. Porém, de toda a energia comprada para atender a baixa tensão, a Light só consegue faturar 42% do que efetivamente entrega. É bem possível que a empresa tenha sido leniente no combate ao problema, mas o crescimento dos furtos nos últimos anos indica que os chamados “gatos” ultrapassam a temática da segurança pública e esbarram em questões sociais, culturais e comportamentais.

Qualquer medida financeira e operacional que ignore esses problemas terá efeito temporário e paliativo. A empresa que ficar responsável pela concessão precisará buscar soluções inovadoras para enfrentá-los de forma definitiva, mas o sucesso delas dependerá do apoio, da participação e da presença do Estado em uma área marcada por sua ausência há décadas.

VEÍCULO: O Estado de São Paulo

Data: 16/05/2023

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: Justiça do Rio aceita pedido de recuperação judicial da Light

A Justiça do Rio de Janeiro aceitou ontem o pedido de recuperação judicial da Light SA, ajuizado na sexta. Na decisão, o juiz Luiz Alberto Alves, da 3.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, acatou o pedido para estender os efeitos do período de proteção às concessionárias Light Serviços de Eletricidade (Light Sesa), a distribuidora do grupo, e Light Energia, a geradora do grupo, até a homologação judicial do Plano de Recuperação Judicial a ser deliberado em assembleia-geral de credores.

Uma lei de 2012 impede a recuperação judicial de concessionárias de energia, mas o juiz avaliou que, “embora não estejam em recuperação judicial, (as concessionárias) fazem parte do Grupo Light, cujo patrimônio há de ser resguardado, considerando o aspecto social de seu serviço essencial, a preservação das empresas e a viabilidade de sua reestrutura econômica”. O pedido de recuperação foi feito em nome da holding que reúne a distribuidora e a geradora.

Com isso, o magistrado determinou que sejam mantidos todos os contratos e instrumentos relevantes para a operação do Grupo Light e controladas, como fianças, seguros garantia e contratos de venda de energia. Ele também determinou a suspensão da eficácia das cláusulas de rescisão de contratos firmados com o Grupo Light que tenham como causa de rescisão o pedido de recuperação judicial da Light SA.

O juiz salientou, ainda, que o grupo tem “a imperiosa necessidade da manutenção das obrigações operacionais e setoriais, e de metas de qualidade estabelecidas pela Aneel, quanto à prestação do serviço público de energia elétrica à população, sob pena de cassação da tutela incidental”.

A Light tem cerca de R\$ 11 bilhões em dívidas, com obrigações a vencer no curto prazo em montante que supera sua geração de caixa, e não vinha conseguindo avançar em negociações com os credores para reestruturar o endividamento.

VEÍCULO: O Estado de São Paulo

Data: 16/05/2023

Seção: Economia

Autor: Beatriz Bulla

Título: Ministro descarta reestatizar e Eletrobras

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), afirmou ontem que “não está em pauta” a reestatização da Eletrobras. “Esse assunto, é importante ressaltar, não está em pauta. Ele era o primeiro debate interno do governo. Compreendo que esse debate foi vencido quando o governo decidiu pelo segundo caminho, que era ter participação efetiva”, disse Silveira, ao participar de evento organizado pelo Esfera Brasil, em São Paulo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem criticado a privatização. O governo, por meio da Advocacia-Geral da União, entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para ampliar poder de voto da União na Eletrobras. Silveira afirmou que a opção do Executivo “não quebra regra jurídica” e disse discordar do entendimento de que o governo pretende retomar o papel de controlador da empresa.

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Data: 16/05/2023

Seção: Colunas

Autor: Julio Wiziack

Título: Compro tudo

Em conversas reservadas, o presidente da Petrobras, Jean-Paul Prates (PT-RN), afirmou que a estatal avalia exercer o seu direito de preferência para adquirir o controle da Braskem. A posição foi ventilada em resposta à oferta feita recentemente pela estatal árabe Adnoc, controlada pelo governo de Abu Dhabi, e pelo fundo americano Apollo. Ambos pretendem comprar a petroquímica pelo valor de face de R\$ 47 por ação.

CAIXA FORTE

O controle da empresa hoje pertence à Novonor (ex-Odebrecht) e, caso a empresa aceite vender sua participação, a Petrobras (dona de 3 8%) tem a preferência. Interlocutores de Prates afirmam que a orientação de Lula é ampliar o comando estatal sobre empresas estratégicas.

EM QUEDA

A Petrobras, ainda segundo relatos, teria caixa suficiente para a operação. Para a petroleira, é preciso buscar uma saída para a Braskem, cujas ações se desvalorizam diante do endividamento —que, projeta-se, pode chegar a seis vezes o Ebitda.

BATE-CABEÇA

A disposição dos acionistas, no entanto, é diversa. O governo gostaria de resolver essa situação rapidamente e por um preço baixo. A Odebrecht não tem pressa. Quer vender pelo maior preço possível. Os bancos credores, a quem o grupo

Novonor deve R\$ 14 bilhões, preferem trocar parte da dívida por ações da Braskem o quanto antes.

SECOU

A crise hídrica, que prejudicou os brasileiros provocando alta no preço de alimentos e energia, causou estragos nas seguradoras. Balanço da Confederação Nacional de Empresas de Seguros (CNseg) mostra que os produtores rurais afetados pela seca receberam R\$ 10,5 bilhões de suas seguradoras em 2022 — quase 50% mais do que em 2021.

ABRIU

... Parecer do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) recomenda que a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) só autorize novas rotas de ônibus interestaduais se houver viabilidade econômica na linha com a entrada de novos competidores.

...SÓ QUE NÃO

O documento, obtido pela coluna, foi um pedido da agência de transportes após a confirmação pelo STF de que a agência não pode barrar autorizações de novas linhas. Todavia, o Supremo determinou que caberia regulamentação pela ANTT.

TUTELA

A orientação do Cade gerou críticas entre as empresas, tanto novas entrantes quanto as que pretendem disputar rotas rentáveis. Elas avaliam que o que se tenta é manter o mercado fechado. Dizem que, na aviação, por exemplo, a Anac não faz análise de viabilidade econômica das rotas porque o risco do negócio cabe ao empreendedor.

MINA

Fundos lastreados no agronegócio são uma nova fronteira da indústria. É nessa frente que opera o recém-criado Verus, fundo comandado por Marco Sampaio, ex-JBS. A ideia é levantar US\$ 500 milhões com detentores de grandes fortunas e produtores rurais do Centro-Oeste.

VEÍCULO: O Globo**Data: 16/05/2023****Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa, João Sorima Neto e Bianca Gomes****Título: Justiça aceita pedido de recuperação da Light**

Magistrado diz que 'holding' preenche requisitos para iniciar o processo, que suspende execução de dívidas e dá 60 dias para a apresentação de um plano aos credores. Empresa afirma que vai pedir renovação antecipada da concessão ainda em maio

A Justiça do Rio aceitou ontem o pedido de recuperação judicial da Light, conforme antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim. A holding Light S.A., controladora do grupo de distribuição de energia, entrou com a solicitação na 3ª Vara Empresarial do Rio na última sexta-feira, com dívida de cerca de R\$ 11 bilhões. O juiz titular Luiz Alberto Carvalho Alves entregou a administração judicial à Licks Contadores Associados.

Após o anúncio, as ações da Light chegaram a subir quase 5%, mas fecharam ontem com alta de 1,04%. Na sexta, haviam perdido quase 18%.

Na decisão, que suspende a execução de dívidas e dá 60 dias para a Light apresentar um plano de recuperação, o juiz validou argumentos da empresa, escrevendo que "não foi possível estabelecer negociações via mediação com credores, que, apesar de poucos, são de altíssima belicosidade."

A recuperação judicial da holding pode afetar 33 mil pessoas físicas que compraram diretamente títulos da empresa (como debêntures e bonds), estimou Cláudio Brandão Silveira, sócio fundador da Bee-Cap, assessoria que representa um grupo de debenturistas. Além disso, há 26 fundos de crédito com cerca de 3 milhões de cotistas que tiveram perdas. Grandes bancos também estão na lista de credores, por operações de derivativos, mas o que têm a receber não chega a 10% da dívida total.

A Light, que abastece 31 municípios do Estado do Rio e tem 11 milhões de clientes, vem enfrentando dificuldades há meses, com queda no consumo de energia e altos índices de perdas com furtos, os chamados "gatos". A situação se agravou com a alta dos juros, que elevou os custos do endividamento, e a determinação para que devolvesse integralmente aos consumidores créditos tributários após decisão que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

JUIZ CITA IMPACTO DO FURTO

Embora seja a responsável por mais de 90% das dívidas de R\$ 11 bilhões e da receita do grupo, a distribuidora não pôde entrar ela própria com o pedido de recuperação porque a legislação impede concessionárias de energia de usarem esse recurso. O juiz afirmou que a holding “preenche os requisitos legais e está legitimada” para a recuperação, pois espelha o endividamento de suas concessionárias e o fluxo de receitas residuais gerados pelas concessionárias. Alves esclareceu que a holding está “em recuperação” e as concessionárias estão “na recuperação.”

Ele também determinou que as empresas controladas mantenham obrigações operacionais e a prestação do serviço público de energia elétrica à população. O magistrado ressaltou ainda que os “gatos” representam um “problema complexo e crônico, que envolve segurança pública e exige medidas urgentes para combatê-lo” por parte do poder público. Só em 2022, a Light perdeu cerca de R\$ 1 bilhão com furto de energia e custos judiciais de cobrança.

O presidente da Light, Octavio Lopes, disse ontem que a recuperação judicial é o melhor caminho para garantir a sustentabilidade do grupo e da concessão, já que, segundo ele, um pequeno grupo de credores não quis negociar e deixou a empresa sem outra alternativa. Ele afirmou que a empresa continuará operando dentro da normalidade e previu uma solução para os problemas financeiros até o fim do ano.

Um dos caminhos é o pedido de renovação antecipada da concessão, o que, segundo ele, será feito até o fim deste mês. A concessão vence em 2026, mas, após o pedido, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o governo terão de responder até novembro de 2024.

—Não temos compromisso do poder concedente em relação à antecipação da renovação, mas acreditamos que faz sentido, já que houve outros casos desse tipo. Vamos manifestar interesse em renovar a concessão em termos mais sustentáveis —disse Lopes.

Ontem, em um evento do grupo Esfera Brasil, em São Paulo, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que o governo está avaliando, do ponto de vista do poder concedente, se a empresa poderia ter pedido recuperação judicial. Perguntado sobre possíveis soluções, ele respondeu que “todas as possibilidades devem ser estudadas”, inclusive a intervenção:

—Nas renovações (de concessões), saem na frente as empresas com saúde financeira e gestão saudável. A questão da Light não será vista de forma específica nas renovações, mas está sendo vista com muito cuidado pelo poder regulatório, pelo fato de ser uma empresa que presta um serviço estratégico.

CAPAS DE JORNAIS

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)



Terça-feira 16 de MAIO de 2023 • R\$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47327
estado.com.br



Erdogan perde força, mas vai ao 2º turno na Turquia em vantagem

Pôsteres do presidente turco Recep Erdogan, em Istambul; no poder há duas décadas, ele foi o mais votado no 1º turno da eleição presidencial, domingo, e deve herdar votos do 3º colocado. Kemal Kilicdaroglu será o rival dia 28, no 2º turno. ...A11

E&N Novo arcabouço ... B1 e B2

Lula diz que não vai aceitar voto contrário do PT à regra fiscal

Dissidentes podem sofrer punições; acordo de líderes partidários blindou o salário mínimo e o Bolsa Família

Em reunião com ministros da coordenação de governo e líderes na Câmara e no Senado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avisou que o governo não vai aceitar oposição de seu partido ao projeto de lei do arcabouço fiscal — regra de controle das contas públicas que deve substituir o teto de gastos como âncora fiscal. A Câmara vai votar

Artigo

Raquel Landim ... B2

Agenda da esquerda do PT não foi eleita

nesta semana a tramitação do texto em regime de urgência. Lula disse que, mesmo não havendo acordo para o projeto da forma que o PT gostaria, não admitirá racha. Dissiden-

tes poderão até perder indicação no governo para ocupar cadeiras em CPIs, por exemplo. Acordo firmado na noite de ontem por líderes partidários e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estabeleceu, a pedido de Lula, que o aumento real (acima da inflação) do salário mínimo e o pagamento do Bolsa Família ficam garantidos mesmo se o governo descumprir a meta fiscal.

Coluna do Estadão ... A2

Siglas querem usar MP para enfrear MP

Eliane Cantanhêde ... A8

Lula e PT, Bolsonaro e Cid

Coluna do Broadcast ... B14

Banco de investimento sofre feito Americanas



Paladar ... C5

Júri elege o melhor tomate pelado à venda

Apostas fraudulentas ... A18

Investigação aponta indícios de lavagem de dinheiro

Ataque homofóbico ... A19

Canto discriminatório da torcida pode levar Corinthians a punição

E&N Inflação anual de 108% ... B10

Argentina eleva taxa de juros a 97% ao ano para conter preços

Congresso ... A6

Câmara pode aprovar quarta anistia a partidos em 3 décadas

Proposta tem apoio da maioria das legendas, do PT ao PL. Hoje, o primeiro passo deve ser dado com a aprovação do tema pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

“Parlamentares estão se autoanistando”

Luciano Santos, Movimento de Combate à Corrupção

Questão indígena ... A7

Gestão Bolsonaro comprou peçoço de galinha a R\$ 260 o quilo

Produto, que seria distribuído a indígenas, pode ser encontrado em supermercados por até R\$ 5 o quilo.

E&N Impostos ... B5

Governo prepara anúncio de cortes nos tributos sobre automóveis

Programa de incentivo à indústria vai incluir a redução da carga tributária para o retorno dos carros populares.

Saúde ... A17

Adoçante artificial não emagrece nem evita diátese, alerta OMS

Consumo de produtos pode trazer prejuízos à saúde, afirma a organização. Lista a ser evitada tem itens populares.

Notas e Informações ... A3

Com o MST, Lula quer vingança

Petista já nem tenta disfarçar que o MST será instrumento de sua vendeta.

Brasil envelhece e precisa se adaptar

Edição de hoje
3 CADERNOS — 48 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes, Para Fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Compartmentamento.
A fundo

Tempo em SP
17 Min. 25 Max.



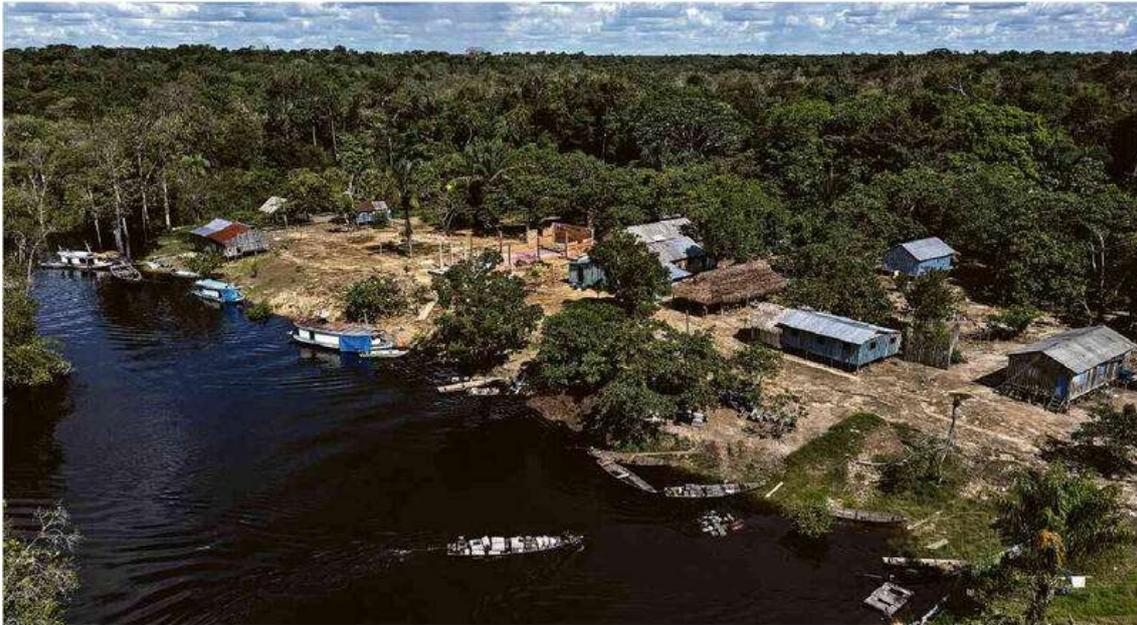
FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 * Nº 34.376

TERÇA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2023

R\$ 6,00



DEMARCAÇÃO DE TERRA INDÍGENA COM EXPLORAÇÃO DE PIAÇABA POR PATRÕES SE ARRASTA HÁ 16 ANOS NA FUNAI

Comunidade Nova Jerusalém, no rio Padauri, região do médio rio Negro, no Amazonas; diferentes etnias se endivdam em regime de 'superexploração' da matéria-prima, dizem documentos 112

Esquema forja origem de madeira para 'esquentá-la'

A inteligência do Ibama identificou no Sistema Nacional de Controle de Produtos Florestais créditos de madeira procedentes de locais onde não há exploração depois vendidos a empresas em áreas com extração irregular.

O esquema era usado para "esquentar" madeira ilegal renderia R\$ 2 bilhões aos criminosos. Ambiente B1

B. Ribeiro Neto A credibilidade da busca do Google

A confiança que as pessoas têm no Google é fruto de uma visão de longo prazo. Distorcendo os resultados da busca minaria essa confiança, prejudicaria nossos negócios e colocaria em dúvida nosso compromisso. Isso não aconteceu e jamais acontecerá. Opinião A3

Big techs propõem texto alternativo ao PL das Fake News

Política A7

OMS desaconselha uso de adoçantes em dietas

Novas diretrizes divulgadas pela Organização Mundial da Saúde indicam que adoçantes artificiais não são recomendados para substituir o açúcar em dietas de emagrecimento. 15

ilustrada C2

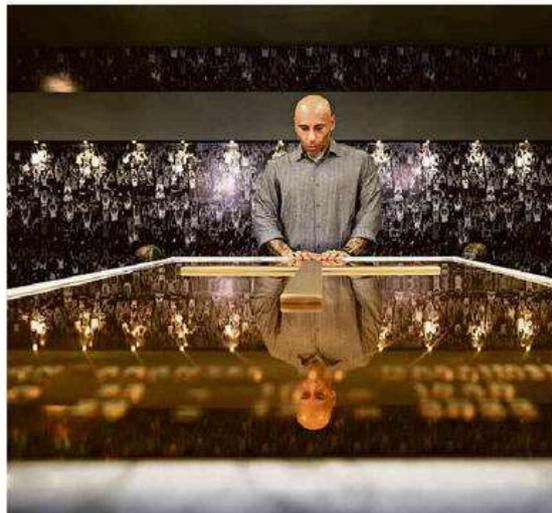
Festival de Cannes começa com Brasil de volta às mostras paralelas e oficial

comida C10

Especialistas em saúde, organização e limpeza dão dicas para lavar louça

mercado A16

Trem de Campinas a SP terá dois modelos de vagões e reajuste antes do fim da obra



Zahene Fraissat/Folhapress

MAUSOLÉU DE PELÉ É ABERTO AO PÚBLICO EM SANTOS

Edinho, filho do Rei do futebol, na abertura do memorial no litoral de São Paulo; ele busca investidores para assumir a marca do pai, hoje controlada pelo escritório Sports 10. Esporte B7

Citroën, Renault e Fiat saem na frente com carro popular

Testes de desempenho e consumo feitos pelo Instituto Mauá de Tecnologia em parceria com a Folha identificaram como candidatos a largar na frente na retomada dos carros populares no país os modelos Renault Kwid, Fiat Mobi e Citroën C3. Mercado A16

À PF, assessor de Bolsonaro admite atestado sem vacina

Atual assessor de Jair Bolsonaro (PL), Max Guilherme Machado de Moura confirmou em depoimento que emitiu certificado de vacinação sem ter se imunizado. Ele foi um dos presos em operação que teve o ex-presidente como alvo de buscas. Política A5

Presidente precisa sair da polarização, afirma ruralista

Primeira mulher a presidir a Sociedade Rural Brasileira, Teresa Vendramini, integrante do Conselho de Lula (PT), espera liderança do presidente para deixar polarização de lado e buscar união. Ela diz que Jair Bolsonaro (PL) trouxe segurança ao agro. Política A8

Nenhum partido respeita cota feminina

Irregularidade está entre as que devem ser perdoadas pela PEC da Anistia, cuja vigência fragilizaria regra

A cota criada há 30 anos para estimular a participação das mulheres na política foi desrespeitada por absolutamente todas as legendas, mostram os mais recentes acordos e decisões do Tribunal Superior Eleitoral sobre as contas partidárias.

A irregularidade integra a lista das que serão perdoadas com a aprovação, pelo Congresso, da chamada PEC da Anistia — proposta de emenda à Constituição que exime os partidos de punição por violar as regras.

Com o apoio de governo e oposição, a medida deve ser aprovada hoje na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara.

Julgamento recém-concluído das contas partidárias de 2017 mostram que todos os 35 partidos existentes na época não comprovaram a aplicação do mínimo fixado por lei para estimular a participação das mulheres na política (o Partido Novo, naquele ano, não utilizou o Fundo Partidário).

O descumprimento também propicia o surgimento de candidatas laranja, quando a verba é destinada ao nome de uma determinada proponente, mas não há comprovação do uso efetivo do recurso para o fim determinado pela lei.

A anistia fragilizaria ainda mais essa regra. Política A4

Lula quer salário mínimo e Bolsa Família blindados em arcabouço

Mercado A15

EDITORIAIS A2

A força do autocrata
Sobre chances de Erdogan no 2º turno da Turquia.

Amor que diz seu nome
A respeito de casamentos homoafetivos no país.



ISSN 1614-3723

9771614372322

3 3 3 7 6

Crise argentina: Com pobreza e inflação em alta, país eleva taxa básica de juros a 97%



Busca por comida. Argentinos reviram frutas e legumes descartados no Mercado Central, em Buenos Aires

O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2023 ANO XLVIII - Nº 32.769 • PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00 2ª EDIÇÃO

ARCABOUÇO

Nova regra fiscal veta reajuste e concursos se governo não cumprir metas

Salário mínimo e Bolsa Família ficam fora de eventuais travas de gastos. Câmara votará urgência do texto até amanhã

Reunião entre líderes partidários avançou num acordo para o texto final da nova regra fiscal. Foram incluídas travas de gastos a que o governo terá de obedecer se não cumprir as metas fiscais. Se forem descumpridas uma vez, estará vetada a concessão de benefícios tributários, por exemplo. Se as metas não forem atingidas em dois anos, ficam proibidos reajuste de servidores e realização de concursos. Eventuais aumentos do salário mínimo e do Bolsa Família foram excluídos dessas limitações. **PÁGINA 11**

Com cortes em pesquisas, Brasil cai em ranking de universidades

Mais da metade das 54 universidades brasileiras na lista das duas mil principais instituições do mundo perdeu posições na edição 2023 do Center for World University Rankings (CWUR). O mau desempenho em pesquisa foi o principal fator da queda, e agrava a perda de estudantes e cientistas para o exterior. **PÁGINA 9**

Enquanto isso, em Brasília...



SEGUNDO CADERNO



A bela de Cannes

Cartaz com imagem de Catherine Deneuve ganha a fachada do Palácio do Festival de Cannes, cuja 76ª edição começa hoje e homenageia a atriz. Seleção inclui o brasileiro Karim Ainouz, que disputa a Palma de Ouro na direção de uma produção britânica.

No xadrez com Planalto, Lira domina postos-chave de CPIs

Presidente da Câmara tem usado sua influência para alocar aliados próximos no comando ou na relatoria das comissões. **PÁGINA 4**

'Na fraude do cartão, jogador não tem a sensação de traição'

Massimiliano Montanari, especialista em segurança no esporte, defende educar atletas e cita países bem-sucedidos em coibir fraude de apostas. **PÁGINA 25**

MP aponta saques ligados a Ana Cristina Valle no gabinete de Carlos

Das 32 pessoas físicas e jurídicas citadas no possível esquema de rachadinha no gabinete de Carlos Bolsonaro, 14 são ligadas à ex-mulher de Jair Bolsonaro. **PÁGINA 7**

Bolsonaro pagava despesas em espécie, afirma defesa

Em meio a suspeitas sobre pagamento a pessoas ligadas a Michelle, defesa alega que ex-presidente sacava para se proteger de fraudes bancárias. **PÁGINA 7**

MERVAL PEREIRA

Vem aí a maior anistia da história política

PÁGINA 2

PATRICIA KOGUT

'Terra e paixão' tem ingredientes suculentos

SEGUNDO CADERNO

LEO AVERSA

Vou me vingar do insuportável telemarketing

SEGUNDO CADERNO

Marília Mendonça: acidente não teve falha mecânica

Relatório do Cenipa afirma que colisão do avião com cabos de energia foi decisiva para a tragédia que matou cantora e mais quatro. **SEGUNDO CADERNO**

Órgãos públicos privatizam vagas no Rio



O Rio vive a multiplicação das vagas para veículos cedidas a órgãos públicos. Embora os registros da prefeitura apontem que, por exemplo, a Alerj tem direito a 19 vagas, levantamento encontrou 108 reservadas à Assembleia nas ruas. O mesmo ocorre com órgãos do Judiciário, governo federal e consulados. **PÁGINA 22**

RISCO DE SUPERDOSAGEM

Abuso de vitamina D acende alerta

Busca pelo composto apontado como "milagroso" explodiu na pandemia, mas excesso da vitamina é pior para o organismo do que a deficiência. **PÁGINA 19**

